

ARGEMIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E
ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

ARGEMIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Argemil Distribuidora de Combustíveis e Armazéns Gerais S.A.
Santos - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Argemil Distribuidora de Combustíveis e Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Argemil Distribuidora de Combustíveis e Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, a Companhia possui transações com partes relacionadas e é conduzida no contexto de um grupo de empresas. Consequentemente, a análise das demonstrações contábeis deve considerar esse fato. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


André Silva Moura
Contador CRC 1 SP 300564/O-7

ARGEMIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.740	30	Fornecedores	13	42	49
Clientes	5	-	1.986	Obrigações trabalhistas	14	27	14
Estoques	6	2.498	175	Obrigações tributárias	14	3	15
Tributos a recuperar	7	451	160	Outras contas a pagar	15	1	5
Outros créditos	8	850	667	Adiantamentos de clientes	16	-	25
Despesas antecipadas	9	-	6			72	108
		9.540	3.024				
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	10	1.407	5.258	Partes relacionadas	10	5.250	7.420
Depósitos judiciais		185	186			5.250	7.420
Tributos a Recuperar	7	282	282				
		1.874	5.726				
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Intangível	11	3.465	3.479	Capital social	17.1	20.599	20.599
	12	224	298	Adiantamento para futuro aumento de capital		6.000	-
		3.689	3.777	Prejuízos acumulados		(16.818)	(15.600)
						9.781	4.999
		5.563	9.503				
Total do ativo		15.103	12.527	Total do passivo e do patrimônio líquido		15.103	12.527

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARGEMIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	18	25.544	25.986
Custo da mercadoria vendida	19	(25.840)	(25.705)
		(295)	281
(+/-) Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas e comerciais	20	(1.014)	(1.140)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	22	4	(24)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(1.306)	(883)
Despesas financeiras	21	(5)	(4)
Receitas financeiras	21	93	114
		88	110
Resultado antes das provisões tributárias		(1.218)	(773)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-
Prejuízo do exercício		(1.218)	(773)
Prejuízo por ação (em R\$)		(0,06)	(0,04)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARGEMIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(1.218)	(773)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.218)</u>	<u>(773)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARGEMIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	AFAC - Adiantº p/ futuro aumento de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.599	(14.827)	-	5.772
Prejuízo do exercício	-	(773)	-	(773)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.599	(15.600)	-	4.999
Prejuízo do exercício	-	(1.218)	-	(1.218)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	6.000	6.000
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.599	(16.818)	6.000	9.781

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARGEMIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido antes das provisões tributárias	(1.218)	(773)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	94	92
Juros e variações monetárias líquidas s/mútuos	-	134
(Decréscimo)/acrécimo em ativos		
Clientes	1.986	(1.986)
Estoques	(2.323)	227
Tributos a recuperar	(292)	(27)
Outros créditos	(183)	(596)
Despesas antecipadas	6	(0)
Depósitos judiciais	1	(185)
(Decréscimo)/acrécimo em passivos		
Fornecedores	(8)	(258)
Obrigações trabalhistas e tributárias	1	7
Outras contas a pagar	(30)	(172)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>(1.966)</u>	<u>(3.539)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizados e intangíveis	(5)	(8)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(5)</u>	<u>(8)</u>
Das atividades de financiamentos com acionistas		
Conta Corrente concedidos ou pagos	2.977	(1.297)
Conta Corrente captados ou recebidos	4.704	4.864
	<u>7.681</u>	<u>3.567</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.710</u>	<u>20</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30	10
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.740	30
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.710</u>	<u>20</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Argemil Distribuidora de Combustíveis e Armazéns Gerais S/A (anteriormente denominada Argemil Armazéns Gerais Mirambava S/A), foi constituída em 07 de julho de 1981, atualmente seu objeto social principal é de comércio atacadista de combustíveis. A Sociedade possui Sede na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Gusmão nº 11, Condomínio Valongo Brasil, 6º andar conjunto 607, e filiais na cidade de Suzano, Ribeirão Preto e Santos, sendo esta última sua base operacional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC aplicáveis, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 25 de abril de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda com créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Tais estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos à estas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, estimativas para reconhecimento da Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), bem como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas.

2.6. Regime de escrituração contábil

As receitas, os custos e as despesas foram registrados pelo regime de competência. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano foram classificados no circulante e aqueles com prazos superiores a um ano foram classificados no grupo não circulante.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Reconhecimento da receita, custos e despesas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A companhia é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por gastos com produção e serviços que estão demonstrados separadamente das despesas operacionais, e são registrados no exercício em que incorrerem.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

c) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização e, quando necessário, serão constituídas provisões para perdas com base na análise dos riscos de realização, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis.

d) Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede o valor líquido de realização, quando necessário, ajustado por provisão para perdas. O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos necessários para colocá-los em sua localização e condições atuais.

e) Imobilizado e intangível líquido

São registrados pelos custos de aquisição deduzido da depreciação e amortização acumuladas. As depreciações e amortizações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11 e 12 e leva em consideração o tempo da vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

As benfeitorias em propriedades arrendadas são demonstradas pelo custo de aquisição acrescido da mais valia, resultado do custo atribuído (*deemed cost*), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC.

f) Impairment de ativos não financeiros

De acordo com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de impairment em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável.

g) Tributação

Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - apuração monofásica com recolhimento pela refinaria;
- Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) - apuração monofásica com recolhimento pela refinaria.

Lucro real anual

Para os exercícios de 2024 e 2023 o regime de tributação da Companhia foi o lucro real anual aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

h) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos na data-base das demonstrações contábeis.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram ajustes ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

i) Ativos contingentes e provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis de desembolso de caixa futuro e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos avaliados como sendo de perdas possíveis, são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos avaliados como de perdas remotas, não são provisionados e, tampouco, divulgados.

j) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

▪ Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

▪ Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

- Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

- Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

Passivo financeiro

- Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, e incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures. Os empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado e amortizados ao resultado junto dos encargos financeiros e afetam a determinação da taxa de juros efetiva.

- Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

- Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos durante o período de construção ou produção. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

- Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

I) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Norma	Descrição	Resultado
Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis	<p>O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; ▪ Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; ▪ A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e ▪ No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. 	Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis
Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento	<p>Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.</p> <p>Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).</p> <p>Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.</p>	Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis
Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)	<p>Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.</p> <p>As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.</p>	Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

- m) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade, a saber:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Alterações na IAS 21/CPC 02	Exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.
Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026.
Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026.
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil.	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.
Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública	Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19.	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Sociedade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Sociedade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

ARGEMIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos	1	30
Aplicações Financeiras (1)	5.739	-
	<u>5.740</u>	<u>30</u>

(1) O saldo de aplicações financeiras está representado substancialmente por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. O resultado da variação, se justifica, devido ao adiantamento para futuro aumento de capital de R\$ 6.000 realizado pelo acionista.

5. Clientes

	2024	2023
Contas a receber	-	1.986
	<u>-</u>	<u>1.986</u>

5.1. A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

	2024	2023
A vencer	-	1.986
	<u>-</u>	<u>1.986</u>

6. Estoques

O estoque da Sociedade é constituído exclusivamente por combustíveis. A apuração do custo é realizada pelo critério de custo médio ponderado.

	2024	2023
Gasolina A	475	59
Biodiesel B100	19	19
Óleo Diesel A s10	1.003	47
Óleo Diesel A s500	1.001	50
Total	<u>2.498</u>	<u>175</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

7. Tributos a recuperar

	2024	2023
IR a recuperar	270	25
PIS	14	14
COFINS	57	54
Saldo Negativo IR	110	67
Total tributos a recuperar - circulante	<u>451</u>	<u>160</u>

	2024	2023
IR saldo negativo (a)	<u>282</u>	<u>282</u>
Total tributos a recuperar - não circulante	<u>282</u>	<u>282</u>

(a) O valor é proveniente de saldo negativo apurado em 2014. Em dezembro de 2019 a companhia solicitou a restituição do saldo não compensado, mediante entrega do pedido de restituição.

8. Outros créditos

	2024	2023
Adiantamento a Fornecedor	844	667
Despesas a apropriar	6	-
	<u>850</u>	<u>667</u>

9. Despesas antecipadas

	2024	2023
Prêmios de Seguros a apropriar	-	6
	<u>-</u>	<u>6</u>

10. Partes relacionadas

Contas Correntes ativos	Prazo	2024	2023
Eudmarco Rede de Postos Ltda. (i)	Indeterminado	1.407	1.407
Fca Com. Ext. e Logística Ltda.	Indeterminado	-	3.851
		<u>1.407</u>	<u>5.258</u>
Contas Correntes passivos	Prazo	2024	2023
Concais (i)	Indeterminado	-	1.980
Toronto (i)	Indeterminado	5.050	5.050
Carlos Cesar Floriano	Indeterminado	200	200
Alípio José Gusmão dos Santos	Indeterminado	-	190
		<u>5.250</u>	<u>7.420</u>

(i) As operações comuns de saldos entre partes relacionadas, em contas correntes de empresas coligadas e entre controladoras, sem vencimento predeterminado, não há incidência de encargos financeiros e cobrança de juros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Imobilizado

	Vida útil (em anos)	Taxa %	2024	2023
Fração imóvel - Ribeirão Preto	-	-	3.264	3.264
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	10	968	968
Equip. eletrônicos proc. de dados	5	20	171	175
Móveis e utensílios	10	10	34	29
Instalações	10	10	4	4
Ferramentas	10	10	2	2
Total			4.443	4.442
Depreciação acumulada			(979)	(963)
Ativo imobilizado líquido			3.465	3.479

Avaliamos o valor contábil dos bens do ativo imobilizado e concluímos que eles não estão apresentados acima de seu valor recuperável por uso ou venda.

11.1. Movimentação do custo do ativo imobilizado

Custo - 2024	2023	Adições	Baixas	Transferência	2024
Fração imóvel - Ribeirão Preto	3.264	-	-	-	3.264
Máq. aparelhos e equipamentos	968	-	-	-	968
Equip. eletrônicos proc. de dados	175	-	(4)	-	171
Móveis e utensílios	29	5	-	-	34
Instalações	4	-	-	-	4
Ferramentas	2	-	-	-	2
Total	4.442	5	(4)	-	4.443

Custo - 2023	2022	Adições	Baixas	Transferência	2023
Fração imóvel - Ribeirão Preto	3.264	-	-	-	3.264
Máq. aparelhos e equipamentos	970	-	-	(2)	968
Equip. eletrônicos proc. de dados	169	6	-	-	175
Móveis e utensílios	26	1	-	2	29
Ferramentas	4	-	-	-	4
Benf. propriedades arrendadas	2	-	-	-	2
Benf. Prop. Arrend. Deemed coast	4.547	-	(4.668)	121	-
Benf. Prop. Arrend. Deemed coast	2.975	-	(2.975)	-	-
Projetos em andamento	121	-	-	(121)	-
Total	12.078	7	(7.643)	-	4.442

11.2. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado

Depreciação 2024	2023	Adições	Baixas	Transferência	2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(772)	16	-	-	(789)
Equip. eletrônicos proc. de dados	(164)	3	(4)	-	(163)
Móveis e utensílios	(24)	1	-	-	(25)
Ferramentas	(3)	-	-	-	(3)
Total	(963)	20	(4)	-	(979)

Depreciação 2023	2022	Adições	Baixas	Transferência	2023
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(753)	(21)	-	2	(772)
Equip. eletrônicos proc. de dados	(161)	(3)	-	-	(164)
Móveis e utensílios	(20)	(2)	-	(2)	(24)
Ferramentas	(3)	-	-	-	(3)
Benf. propriedades arrendadas	(4.534)	-	4.534	-	-
Benf. Prop. Arrend. deemed coast	(2.976)	-	2.976	-	-
Total	(8.447)	(26)	7.510	-	(963)

ARGEMIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Intangível

	Vida útil (em anos)	Taxa %	2024	2023
Projetos de TI/ em andamento	5	20	365	365
Amortização Acumulada	-	-	(140)	(67)
Ativo intangível líquido			<u>224</u>	<u>298</u>

Relacionado a implantação de sistema para a operação de comercialização de combustíveis.

13. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores	<u>42</u>	<u>49</u>
	<u>42</u>	<u>49</u>

Fornecedores nacionais representados substancialmente por valores a vencer em até 30 dias.

14. Obrigações tributárias e trabalhistas

	2024	2023
Provisão para férias e encargos	<u>21</u>	<u>10</u>
INSS a recolher	4	3
FGTS a recolher	<u>2</u>	<u>1</u>
Obrigações trabalhistas	27	14
Contribuições retidas a recolher	3	13
ICMS a recolher	-	<u>2</u>
Obrigações tributárias	<u>3</u>	<u>15</u>

15. Outras contas a pagar

	2024	2023
Outras contas a pagar	<u>1</u>	<u>5</u>
	<u>1</u>	<u>5</u>

16. Adiantamento de clientes

	2024	2023
Adiantamento de clientes	-	<u>25</u>
	-	<u>25</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

17. Patrimônio Líquido

17.1. Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 20.599 e estão representadas por 20.598.800 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição do capital social é como segue:

	2024	%	2023	%
Carlos Cesar Floriano	20.599	100	10.299	50
Alípio José Gusmão dos Santos	-	-	10.300	50
Total	<u>20.599</u>		<u>20.599</u>	<u>100</u>

17.2. Dividendos e reservas

A destinação do lucro do exercício será como segue:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal nos termos e até os limites estabelecidos no artigo 193, da Lei Federal nº 6.404 de 1976;
- b) 1% (um por cento) serão para pagamento de dividendos obrigatórios;
- c) O Lucro remanescente será destinado conforme deliberação da Assembleia Geral.

No ano de 2024 e 2023, não foi constituído qualquer reserva e não houve o pagamento de dividendos devido à existência de prejuízos acumulados.

18. Receita

	31/12/2024	31/12/2023
Venda de combustíveis e lubrificantes	<u>25.544</u>	<u>25.986</u>
Total receita operacional bruta	25.544	25.986
ICMS - ST (a)	-	-
Total impostos sobre a receita	-	-
Total da receita operacional líquida	<u>25.544</u>	<u>25.986</u>

- (a) Apuração monofásica com recolhimento pela refinaria;

ARGEMIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

19. Custos da mercadoria vendida

	2024	2023
Custo da mercadoria	(25.840)	(25.705)
Total	<u>(25.840)</u>	<u>(25.705)</u>

20. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	2024	2023
Serviços consultoria e assessoria (a)	(457)	(411)
Pessoal, respectivos encargos	(25)	(179)
Gastos gerais (b)	(140)	(98)
Ocupações e utilidades	(294)	(341)
Despesas Indedutíveis	(17)	(7)
Depreciações e amortizações (c)	(76)	(92)
Despesas tributárias	(5)	(12)
Outras	-	-
Total	<u>(1.014)</u>	<u>(1.140)</u>

- (a) Em 2024 houve um aumento com gastos de consultorias e assessorias devido as novas filiais;
(b) Em 2024 houve aumento de despesas com taxas de licença, em função da abertura de novas filiais;
(c) O aumento no registro da amortização se deve ao fato dos valores correspondentes ao custo com implantação do sistema terem iniciado a amortização.

21. Despesas e receitas financeiras

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	93	114
	<u>93</u>	<u>114</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(4)	(2)
Juros sobre empréstimos	-	(2)
Outras	(1)	-
	<u>(5)</u>	<u>(4)</u>
Resultado financeiro	<u>88</u>	<u>110</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

22. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2024	2023
Ganhos/(perdas) com imobilizado	4	110
Resultado não operacional	-	(134)
	<u>4</u>	<u>(24)</u>

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, ao qual a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições.

Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Companhia procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir:

Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber).

Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Companhia são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo da Companhia é monitorado diariamente, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital e todas as reservas constituídas.

O índice de endividamento líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	2024	2023
Ativo Circulante + Não Circulante	15.103	12.527
Passivo Circulante + não circulante	(5.322)	(7.528)
Endividamento Líquido	<u>9.781</u>	<u>4.999</u>

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

Adoção pelo lucro real anual

Para os exercícios de 2024 e de 2023 o regime de tributação da Companhia foi o lucro real anual aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social, com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução e o regime tributário foi determinado pelo regime de competência do exercício.

ARGEMIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2024	2023
Resultado antes de IRPJ e CSLL	(1.218)	(773)
(+) Adições	17	7
(-) Exclusões	-	-
Base de cálculo da CSLL	(1.201)	(766)
(=) Contribuição social 9%	-	-
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(1.218)	(773)
(+) Adições	17	7
(-) Exclusões	-	-
Base de cálculo do IRPJ	(1.201)	(766)
(=) Imposto de Renda corrente	-	-

25. Seguros (não auditado)

A Companhia mantém seguros com coberturas contratadas, consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura (MIL)
Compreensivo empresarial	Bens dos segurados e de terceiros em poder dos segurados	120.000 (1)

(1) A Sociedade participa em 3,68% da base compartilhada objeto do seguro.

Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores